



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0186781-0 – Gravatá – 2ª VARA

034

IMPETRANTE: ROBERTO LÍRIO DE CASTRO FERNANDES

PACIENTE: EDVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO FILHO

RELATOR: NIVALDO MULATINHO FILHO

PROCURADOR: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO DE MENORES, CASA DE PROSTITUIÇÃO E RUFIANISMO (ARTS. 218, 229 E 230 DO CP). ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO E DESNECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERADO O PEDIDO EM FACE DA LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA AO PACIENTE PELO JUIZ A QUO. SUPRESSÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES – ART. 218 DO CP, ANTIGA REDAÇÃO - PELA LEI 12.015/2009. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE.

I. Com a edição da Lei nº 12.015/2009, que entrou em vigor na data de sua publicação, isto é, em 07 de agosto de 2009, a figura criminosa da corrupção de menores, prevista no então art. 218 do CP, foi revogada, de modo que a supressão deve retroagir em favor do Paciente, nos termos do art. 2º do Código Penal.

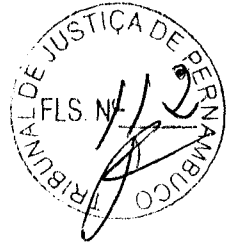
II. Julgados prejudicados os pedidos, nos termos do art. 659 do CPP. Extinção de Punibilidade, em relação ao art. 218 do CP (antiga redação), nos termos do art. 107, III, do Código Penal, **declarada de ofício**. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº **0186781-0**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em julgar prejudicados os pedidos, nos termos do art. 659 do CPP, e declarar, de ofício, extinta a punibilidade do Paciente em relação ao art. 218 do CP (antiga**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



035

redação), nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 16 de dezembro de 2009.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

036

HABEAS CORPUS Nº 0186781-0 – Gravatá – 2ª VARA

IMPETRANTE: ROBERTO LÍRIO DE CASTRO FERNANDES

PACIENTE: EDVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO FILHO

RELATOR: NIVALDO MULATINHO FILHO

PROCURADOR: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATÓRIO:

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado pelo Bel. ROBERTO LÍRIO DE CASTRO FERNANDES em favor de EDVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO FILHO, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Gravatá/PE.

O paciente foi preso em flagrante no dia 05.12.2008 (fls. 29) como incurso nas penas do art. 218 (corrupção de menores), 229 (casa de prostituição) e 230 (rufianismo), c/c art. 69 (concurso material), todos do Código Penal, tendo sido decretada a sua prisão preventiva em 16.02.2009 (fls. 57), processo-crime nº 219.2008.002188-8.

Alega o impetrante, em síntese: a) constrangimento ilegal por excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal; b) truncamento da ação penal relativamente ao art. 218 do CP, por falta de legitimidade do Ministério Público para promovê-la e c) direito à liberdade, haja vista ser o paciente é primário, portador de bons antecedentes e possuidor de endereço certo e profissão definida (fls. 02/08).

À Petição Inicial foram acostados os documentos de fls. 09/69.

O provimento liminar foi indeferido pelo Relator Substituto em decisão interlocutória às fls. 86/87 dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



037

A autoridade tida por coatora prestou informações às fls. 91, noticiando o andamento do processo e de que **determinou a expedição e cumprimento de Alvará de Soltura** em favor do Paciente.

O Procurador de Justiça, Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou Parecer de fls. 95/96, opinando no sentido de ser prejudicado o pedido com relação à liberdade provisória do Paciente, em razão desta já ter sido concedida pelo Juiz A "Quo" e, instado novamente a se pronunciar acerca do pedido de trancamento da ação penal relativo ao art. 218 do CP, às fls. 105/107, opinou pela **concessão da ordem**.

É O RELATÓRIO.

VOTO

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado por ROBERTO LÍRIO DE CASTRO FERNANDES, em favor de EDVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO FILHO, relativamente ao processo nº 219.2008.002188-8, a que responde a paciente perante a 2ª Vara de Gravatá, pela prática dos delitos tipificados no art. 218 (corrupção de menores), art. 229 (casa de prostituição) e art. 230 (rufianismo), c/c art. 69 (concurso material), todos do Código Penal.

O impetrante sustenta na exordial, em resumo, o seguinte: a) constrangimento ilegal por excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal; b) trancamento da ação penal relativamente ao art. 218 do CP, por falta de legitimidade do Ministério Público para promovê-la e c) direito à liberdade, haja vista ser o paciente é primário, portador de bons antecedentes e possuidor de endereço certo e profissão definida (fls. 02/08).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



038

Narra a Denúncia (fls. 13/14) que, na noite do dia 04.12.2008, na Av. Cícero Batista de Oliveira, nº 2781, em Gravatá, o Paciente EDIVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO FILHO, conhecido por "VAL", foi preso em flagrante em face de ter induzido e corrompido, a adolescente MARIA ÂNGELA DA SILVA, com 16 anos, à prática de prostituição.

O acusado seria dado à prática de corrupção, acolhendo em seu estabelecimento denominado "BAR DO VAL", a vítima MARIA ÂNGELA DA SILVA e em contrapartida exigia da mesma que ela se prostituísse e que lhe entregasse todo o dinheiro conseguido com a venda do corpo.

A vítima era obrigada a praticar atos libidinosos diversos com os clientes que pernoitavam no mencionado bar, os quais pagava a quantia entre R\$ 8,00 (oito reais) e R\$ 20,00 (vinte reais), valores estes que eram repassados para o denunciado, além de ajudar o acusado a despachar à venda de preservativos e bebida alcoólica aos clientes.

Examino.

As alegações de constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão do Sumário e a de que o Paciente faz jus ao benefício da liberdade provisória, por reunir as condições pessoais favoráveis à sua concessão, restam prejudicadas em face da Liberdade Provisória concedida ao Paciente pelo Juiz de 1º Grau (fls. 91).

Por outro lado, não pode o Paciente EDIVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO FILHO responder pela prática da conduta típica prevista no art. 218 (antiga redação) do Código Penal, tendo em vista a sua revogação pela Lei 12.015/09, dispensando-se qualquer discussão sobre a legitimidade do Ministério Público para denunciar tal crime, conforme os termos da inicial do presente *Habeas Corpus*.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



039

Fica prejudicado o Pedido relativo ao Trancamento da Ação Penal, em face do antigo art. 218 do CP.

Verifica-se que a Denúncia do Processo originário foi recebida no dia 16.02.2009 (fls. 57), quando ainda não estava em vigor a Lei 12.015/09, que revogou a figura típica do art. 218, do CP, isto é, da Corrupção de Menores.

Antes da Reforma Criminal de 2009, o crime previsto no art. 218 do CP tinha a seguinte redação:

Art. 218 - "Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (quatorze) anos e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presencia-lo:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos."

Ocorre que com a edição da Lei nº 12.015/2009, que entrou em vigor na data de sua publicação, isto é, em **07 de agosto de 2009**, a figura criminosa da corrupção de menores, prevista no art. 218 do CP, foi revogada, passando o citado artigo a ter a seguinte redação:

Art. 218 - "Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos".

No caso dos autos, como sabemos, a vítima tinha, à época (2008), 16 (dezesseis) anos de idade.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho

040



Abolido o crime de corrupção de menores pela referida Lei, a supressão deve retroagir em favor do Paciente, nos termos do art. 2º do CP:

Art. 2º - "Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória".

Trata-se de **Extinção da Punibilidade** prevista no art. 107, III, do Código Penal, ou seja, pela retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.

Isso posto, julgo prejudicados os pedidos, nos termos do art. 659 do CPP, declarando, de ofício, **extinta a punibilidade** do Paciente, em relação ao delito do antigo art. 218 do Código Penal, nos termos do art. 107, III, do mesmo diploma.

É como voto.

Recife, 16 de Dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator